

## RESENHA BIBLIOGRÁFICA\*

## Estudos e Pesquisas sobre Família no Brasil / Lia F. G. Fukui

A exposição e apresentação de estudos sobre as famílias brasileiras, ainda que breve e não exaustivo, assinalando perspectivas teóricas e fazendo uma referência ordenada ao conteúdo dos trabalhos, tem por objetivo esboçar uma primeira avaliação crítica da produção de conhecimento sobre o tema, em seu conjunto, apontando imprecisões, lacunas e temas relevantes para a investigação.

Os quatro levantamentos bibliográficos sobre os estudos de família no Brasil, estão associados a interesses precisos e têm abrangências diversas. Alcântara (1966), com 54 títulos, abarca publicações até 1965 e está centrado em relação família/educação; Fukui (1970), com 116 títulos, abrangendo demografia, antropologia, psicologia social e sociologia (abarca publicações até 1968), interessa-se primordialmente por grupos brasileiros; Medina (1974) com 123 títulos — a mais completa — é precedida de ensaio teórico sobre as transformações ocorridas na família, tomando como referência a alteração na posição da mulher; não obstante, não utiliza no ensaio a bibliografia brasileira que apresenta em fichas analíticas de publicações efetuadas até 1970. Por último, a bibliografia comentada da Fundação Carlos Chagas (1979) de "caráter multidisciplinar e amplo" (abarca publicações até 1976), é centrada no tema mulher brasileira. Subdivide-se, em seu primeiro volume, em História, Família, Grupos Étnicos e Feminismo e, em cada uma destas partes, contém comentário crítico; na parte de família, tem 97 títulos e fichas resumo.

Uma primeira aproximação do material bibliográfico permite dividir a temática das famílias brasileiras em duas áreas: as famílias brasileiras na sociedade agrária do passado e as famílias na sociedade brasileira do presente. O denominador comum à toda bibliografia, é a

tentativa de explicitar a peculiaridade das famílias brasileiras, ou tomando por parâmetro um modelo teórico, ou a especificidade da própria sociedade. No entanto, a divisão em duas áreas se justifica porque a tônica e a preocupação básicas se modificam um pouco, se o enfoque é a sociedade agrária ou a sociedade de classes, como veremos a seguir.

I — *As Famílias Brasileiras na Sociedade Agrária do Passado*

A primeira referência bibliográfica sobre a sociedade agrária brasileira é, necessariamente, a obra de G. Freyre, *Casa Grande e Senzala* (1933), que descreve, no passado colonial, a formação da família patriarcal, enquanto *Sobrados & Mocambos* (1936) descreve a decadência do patriarcado rural com o desenvolvimento da vida urbana no decorrer do século XIX. A amplitude e variedade da colocação de G. Freyre sobre o tema, podem ser bem sintetizados em duas frases do prefácio da 1.<sup>a</sup> edição.

"A casa grande completada pela senzala, representa um sistema econômico, social e político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família com capelão subordinado ao *pater familias*, culto aos mortos etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o 'tigrê', a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo)..." (p. LXIII)

(\*) As resenhas temáticas do BIB são feitas por encomenda e constituem, portanto, trabalhos inéditos.

... "A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres". (p. LXVIII)

A família forma um grupo hierarquicamente organizado, segundo uma dominação do branco sobre o negro, do homem sobre a mulher, do adulto sobre a criança.

Constitui um grupo extenso formado pelo patriarca, sua mulher e concubinas e vasta rede de parentesco. Parentes consanguíneos reconhecidos pelo lado paterno e materno, padrinhos e afilhados, dependentes e escravos, mantidos por laços de sangue e compadrio num complexo sistema de obrigações e lealdades. G. Freyre, adota as teses culturalistas de Franz Boas, "numa interpretação pessoal e subjetiva". Pregando os benefícios da miscigenação, enfatiza as relações afetivas entre senhores e escravos, em detrimento das relações de oposição e conflito, e atribui à família "patriarcal ou tutelar o principal elemento sociológico da unidade brasileira".

A tese sociológica implícita em G. Freyre é que o desenvolvimento urbano acarreta uma diminuição da importância da família na sociedade. A generalização, para o conjunto da sociedade, de peculiaridades encontradas entre segmentos sociais dos engenhos de açúcar do Nordeste e a apresentação desordenada de dados empíricos que têm por referência a sociologia, a antropologia, a psicanálise, o folclore, a cozinha, a etnografia, não foram obstáculos para que se formasse, a partir destes trabalhos, uma imagem sobre a família brasileira que marca a literatura especializada até hoje.

Passados quase 50 anos da primeira publicação de *Casa Grande e Senzala*, algumas teses do autor acham-se completamente superadas. Pesquisas sobre as relações raciais questionaram profundamente as colocações de democracia racial, enquanto as críticas de Moreira Leite (1967), Motta (1973) e Ortiz (1978) demonstraram de que maneira as colocações de G. Freyre estavam vinculadas ao pensamento conservador. Apesar da ambigüidade e da controvérsia, no que se refere à família, a obra de G. Freyre, permanece como a primeira visão secular das classes dominantes brasileiras sobre a família, num momento em que predominava, nestes segmentos, a concepção católica do tema. É a partir destas colocações que se esboça um quadro que procura explicitar melhor os traços das famílias brasileiras no passado.

Cândido (1951), em trabalho sociológico que toma como referência a região Centro-Sul, especialmente a área de influência paulista, faz uma revisão das colocações de G. Freyre e caracteriza a família em seus aspectos estruturais,

funcionais e morais, adotando a tese fundamental de que a divisão do trabalho social acarreta diminuição das funções atribuídas à família. Do ponto de vista estrutural, a família se caracteriza por uma configuração em círculos concêntricos. Ao centro, um núcleo legal, constituído do casal branco e seus filhos legítimos. Tem por fundamento o interesse na preservação da posição social e dos bens econômicos. Ao redor deste núcleo, uma periferia "nem sempre bem delineada, composta de escravos, agregados, índios, negros ou mestiços, nos quais se incluem as concubinas dos chefes e seus filhos legítimos"; é nesta esfera que ocorre a satisfação emocional e onde a procriação ocorre mais frequentemente. A interdependência entre centro e periferia acarreta uma contra corrente de irregularidades na qual "sob o manto da austeridade patriarcal, desenvolvia-se um sistema compensatório de relações entre cunhados, primos, padrinhos e afilhados e a tolerância era muito grande, já que aspectos emocionais não eram suficientes para justificar ruptura na família, dado que ela não era prioritariamente um sistema afetivo e sexual como é hoje". Além da família legal e sua periferia, existe na sociedade um terceiro segmento, não familiar, constituído de uma massa de indivíduos socialmente degradados que se reproduzem ao acaso, vivendo sem normas regulares de conduta.

A família legal, ainda segundo A. Cândido, é o grupo dominante na organização social e política da colônia. Ela é autônoma e corresponde a uma economia que exige "em larga escala iniciativa e comando de mão-de-obra escrava". A autoridade do chefe tem sua complementariedade nas atividades da mulher que, embora subordinada ao marido, exerce funções de mando nos serviços domésticos, no controle dos escravos da casa, na educação dos filhos. Neste ponto, Cândido contrapõe-se a G. Freyre, que descreve a mulher branca como submissa, indolente, doentia e inútil. Na periferia do núcleo, os indivíduos vivem na dependência da família legal, podendo dela desligar-se para constituir famílias regulares, que por sua vez, vão constituir os segmentos mais pobres da população.

Na medida em que ocorrem a urbanização, a industrialização, a proletarianização, a imigração e a aculturação, a família perde progressivamente suas funções políticas e econômicas, orienta-se para o tipo conjugal e para funções de procriação e disciplina do impulso sexual com privilégio das funções afetivas. Quanto aos valores, apesar da individualização crescente, com as mudanças nas relações de trabalho e na posição da mulher, persiste ainda a separação entre os sexos, a dupla moral, o sentimento de proprie-

dade vigente na dominação do homem sobre a mulher na condenação do adultério feminino e no estereótipo do machismo.

As proposições explicitadas por Cândido são também desenvolvidas por Nogueira (1962), no estudo monográfico de Itapetininga, onde são analisadas as relações família/comunidade, num dos melhores trabalhos sociológicos sobre o tema. Os artigos de Willems (1954), que enfatiza aspectos culturais e de Azevedo (1966), que faz uma tipologia de família, também endossam as colocações de Cândido, ressaltando, porém, a pouca atenção dada à família conjugal que se forma na periferia das grandes famílias depois do período colonial.

Mais recentemente, Freire Costa (1979), confirmando a tese de que "a família se transforma na instituição conjugal e nuclear, característica de nossos tempos" (p. 13), analisa a emergência dos valores e normas referentes à família burguesa no Brasil, no decorrer do século XIX, através de preceitos e normas médicas que dizem respeito à educação higiênica que "progressivamente vão reduzindo as condutas sexuais masculinas e femininas às funções sentimentais de 'pai' e 'mãe'." Utilizando a metodologia de M. Foucault, o autor se preocupa em desvendar como a "normalização dos sentimentos e das condutas produzidas pela ordem médica, centrada em preocupações com o corpo, o sexo e o intimismo psicológico, emergem como forma de dominação, de poder, de manutenção e reprodução da ordem social burguesa". A leitura de Freire Costa, deixa uma forte impressão, pois reforça em sua generalidade um estereótipo de família brasileira que permeia a literatura especializada e que provavelmente faz parte do imaginário, do "universo citadino brasileiro", para usar palavras do autor. Resta verificar, no entanto, se esta norma é concretamente efetivada pelos diferentes segmentos da sociedade. A ordem médica e a norma familiar, por si só, parecem insuficientes para explicar o sentido e o significado da estrutura e organização das diferentes famílias no contexto da sociedade agrária brasileira do passado.

Já o *brazilianist* Darrel E. Levi (1974), questiona o modelo patriarcal ao relacionar o papel da família Prado, enquanto família de elite, na modernização da sociedade, no período de 1840/1930. Chega a conclusões interessantes, tais como, a verificação que a "base da sociedade familiar está no esforço econômico", que a estrutura familiar era dinâmica e flexível, que não havia dominação absoluta nem dos homens, nem dos mais velhos e que a busca de elementos modernizadores "causou a diminuição de influência que a família havia ganho na sociedade

mais tradicional" (p. 8). O enfoque do tema centrado na teoria da modernização de D. Lerner, enfatizando entre outros aspectos a difusão de normas racionais seculares, a mobilidade social, física e psíquica dos indivíduos dá os parâmetros e os limites do trabalho. Esta teoria implica na tese de que a preponderância da família se perde na passagem do tradicional para o moderno. Assim, embora o trabalho de historiografia seja cuidadoso e bem feito, a análise se prende a opções individuais no interior da família e não na lógica interna das opções familiares diante do complexo conjunto de interesses que ela representa, consolida, legítima e mistifica, numa idéia de unidade familiar que visivelmente não é a mesma no decorrer do tempo, como deixa o autor entrever na apresentação dos dados da pesquisa.

Em todos estes autores persiste a tese de que a família é importante na organização sócio-política da sociedade agrária do passado, mas faltam parâmetros que definam as articulações da família com a estrutura social. Pereira de Queiroz (1975), ao estudar o coronelismo, vai apresentar uma primeira caracterização da estrutura da família associada à estrutura de poder no que denomina de parentelas brasileiras<sup>1</sup>. A parentela brasileira assemelha-se à organização clânica, mas difere desta porque "faz parte de um complexo sócio-econômico em que a cidade sempre foi elemento fundamental porque sede de poder político". A parentela tem três aspectos interligados, o político, o econômico e o de parentesco que, numa sociedade pouco diferenciada como a sociedade agrária brasileira, tinha características próprias: organizavam-se umas em função das outras num sistema de pirâmides que determinavam, com base no coronelismo, a estrutura de poder, desde a esfera local, até a esfera federal. A indiferenciação da sociedade era fator também de fragilidade dos laços, e os critérios de acesso ao poder eram basicamente a fortuna, o casamento e a instrução, e não necessariamente a herança. Solidariedade e conflito marcavam as relações no interior das parentelas e a primeira se tomava forte diante de um inimigo externo, diante do qual se devia lutar para sobreviver. As brigas entre parentelas fundamentava a solidariedade vertical interna, evitando lutas do inferior contra o superior no interior da parentela.

As lutas de famílias,<sup>2</sup> que caracterizavam a sociedade agrária brasileira até a 1.ª República, são assim explicitadas pelas disputas de poder que envolvem amplos grupos de parentela, no que é denominada a sociedade coronelista brasileira.

O crescimento demográfico, a urbanização e industrialização, a dinâmica de multiplicação de trabalhos e serviços, diminuíram o poder dos chefes locais e fizeram com que se iniciasse a decadência das parentelas, "que está atualmente em curso", isto porque, os grupos familiares de camadas elevadas, compreendendo que seus interesses estavam interligados, passam a se organizar em associações patronais, associando-se no campo econômico e definindo, a partir daí, as relações de oposição e de classe.

O quadro das famílias apresentado por Pereira de Queiroz é confirmado e explicitado, em alguns aspectos, numa análise historiográfica que Lewin (1979) faz sobre o sistema de parentesco das famílias de elite da Paraíba, no período de 1889 a 1930. Ao estudar a descendência bilateral e o casamento endogâmico, a autora mostra como a oligarquia dos coronéis que formava "três dezenas de parentelas", recorria às alianças matrimoniais entre parentes como recurso para impedir a fragmentação do patrimônio, reforçar a coesão do grupo familiar e manter o monopólio econômico e político na região. O exame de cerca de mil casamentos em 4 gerações permitiu chegar à conclusão que cerca de dois terços dos casamentos endogâmicos ocorriam entre primos patri ou matrilaterais, filhos de irmãos, porque "uma ligação com primo paralelo patrilateral define a estrutura familiar de autoridade". As mulheres casavam-se preferencialmente com parentes do lado materno. As uniões com primos cruzados garantem uma relação de dependência de estratos inferiores na parentela. A tia paterna teria tendência a casar-se fora, na facção oposta, o que era uma maneira de diminuir conflitos implícitos entre parentelas, enquanto o tio paterno casava-se no interior do próprio grupo. Conclui a autora que este sistema de parentesco flexível facilitava a perpetuação da elite econômica e, o que é mais importante, a permanência de pequenos grupos no poder. A tendência ao casamento endogâmico, diminuiu sensivelmente no início do século e o casamento fora da parentela foi ainda uma maneira de manter o poder político. O sistema de parentesco é compreendido assim, dentro da estrutura social e complementar a outros arranjos institucionais.

Outros trabalhos de historiografia, também recentemente publicados, vão permitir delinear um quadro mais diversificado das famílias na sociedade agrária do passado. Ramos (1978), faz interessante estudo em 4 cidades de Minas Gerais no período de 1804/1830 e verifica que o número de famílias extensas é muito pequeno e que cerca de 40% das unidades domésticas têm a mulher como chefe reconhecido, o que

vai contrariar sensivelmente o modelo patriarcal. Santos Abreu (1979) faz um relato da ocupação da área do Paranapanema, no Estado de São Paulo, levando em consideração a atividade econômica — eram famílias criadoras de gado — e a progressiva legitimação da posse da terra depois de 1850, o que permite estabelecer indagações sobre as relações familiares num outro contexto social, ainda não descrito na sociedade brasileira. Nizza da Silva, por sua vez, começa a explorar um aspecto até hoje praticamente ignorado na bibliografia, os sistemas de casamento no período colonial (1976) e os casamentos entre escravos (1980).

Assim, a unidade familiar e de parentesco na sociedade agrária parece flexível e diversificada; esboça-se um quadro variado e múltiplo onde a associação entre sistemas de produção e relações familiares permitira avaliar a extensão e a importância da família patriarcal, descrito em *Casa Grande e Senzala* e redimensionar a importância e o significado das famílias na estrutura social da sociedade agrária do passado.

## II — *Os Estudos de Família na Sociedade Brasileira do Presente*

Esta segunda área reúne trabalhos que podem ser classificados segundo sua temática em: estudos de comunidade, pesquisas sobre mudança social, dinâmica populacional e força-de-trabalho, parentesco e representações.

Os estudos de comunidade têm como denominador comum o pressuposto da unidade harmoniosa dos pequenos grupos e a adoção das teses de perda progressiva de funções com a nuclearização da unidade familiar. Contém descrições sociográficas bastante ricas e variadas sobre *habitat*, vida econômica, familiar, política e religiosa de localidades situadas nas mais diversas regiões brasileiras<sup>3</sup> e, por isso, constituem fonte de referência importante sobre a vida social de pequenos núcleos no interior e do litoral brasileiro. Foram utilizados como fonte de dados, entre outros, por Azevedo (1966) para fazer uma tipologia de famílias brasileiras, por Wagley (1964) para estudar algumas características da parentela nas camadas inferiores; por Durham (1973) para reconstituir a vida de grupos migrantes no local de origem e mais recentemente por Oliveira (1979) para analisar aspectos sociológicos referentes à fertilidade.

Os estudos sobre mudança social estão ligados à teoria da modernização e endossam, todos, a tese de nuclearização da unidade familiar. Gans, Pastore e Wilkening (1970), em

estudo efetuado na região de Brasília, encontram os mais altos índices de modernismo (individualismo, decisão igualitária) entre casais de classes médias urbanas. Rosen & Simmons (1971) num estudo efetuado em São Paulo associam a variáveis relacionadas à emergência de concepções modernas ao pequeno tamanho do grupo familiar. Harblin (1971) verifica ainda na cidade de São Paulo e arredores, que existem diferenças no desempenho de papéis de marido e mulher entre operários e não-operários de emprego estável e de baixa renda; observa também uma seqüência na mudança de papéis instrumentais para papéis expressivos na família. Rosen (1973), estudando migrantes e nativos na cidade de São Paulo, conclui que entre as famílias migrantes estabelecidas, pais e mães têm papéis complementares no controle das atividades, na reorientação de valores e na atenção dada ao desempenho dos filhos.

Ainda nos estudos sobre mudança social, no que se refere ao parentesco e no que denominam inadequadamente famílias extensas Harblin (1971) verifica que a rede de relações das mulheres é mais importante do que a experiência do marido para a adaptação ao meio urbano enquanto Iutaka, Bock e Berardo (1975) verificam a importância da rede de parentesco em 6 (seis) cidades brasileiras e Rosen & Berlinck (1971) estudando cinco cidades de tamanho e industrialização diferente atribuem a persistência das relações com parentes à urbanização intensa não acompanhada de rápida industrialização.

Todos estes trabalhos sobre mudança social utilizam as mesmas teses, a mesma metodologia e têm como preocupação fundamental avaliar as divergências ou diferenças entre os dados empíricos e o modelo de família conjugal considerado característico das sociedades industrializadas. Para estes autores a urbanização, industrialização, a migração associada à individualização progressiva fizeram o controle da produção passar gradualmente da família para empresários capitalistas e para o Estado; com isto as relações de parentesco enfraqueceram, a família reduziu seu tamanho, o pai e o marido tiveram sua autoridade diminuída e a unidade familiar orientou-se para funções de socialização, satisfação emocional, companheirismo e relações de afeto.

Cancian, Goodman & Smith (1978) denominam esta colocação à "interpretação padrão das influências da urbanização-industrialização sobre a família na perspectiva estrutural funcional" e, afirmam, que este quadro só é válido para a América Latina, para elementos das classes médias urbanas que estiveram envolvidas com a ordem econômica internacional. Pro-

põem então, uma variante que complementa a interpretação padrão acrescentando duas variáveis: a posição do grupo sob a divisão internacional do trabalho, segundo proposições da teoria da dependência elaborada por Cardoso; e, a adaptação a padrões culturais encarados como alocação de recursos de ordem material e não-material de que dispõe um determinado grupo social. Isto posto, elaboram um conjunto de 10 hipóteses de trabalho, dentre as quais destacamos:

- 1) Na América Latina, diferentemente da Europa e América do Norte, o grupo de parentesco permanece forte e o grau de dominação não varia com o grau de dominação estrangeira e/ou força do Estado.
- 2) Nos setores modernos predomina a nuclearização da unidade familiar enquanto nas classes baixas persiste a dependência dos parentes porque os serviços públicos são pouco desenvolvidos.
- 3) Nas unidades domésticas de classes baixas o desemprego masculino e o subemprego feminino dão na unidade doméstica à mulher e aos filhos maior poder, em detrimento da autoridade do pai.

A reformulação proposta tem ainda a nuclearização da família como modelo de interpretação, não se preocupando com a especificidade e dinâmica da unidade familiar e sua articulação com a estrutura social; traz implícito uma valorização diferencial da sociedade cujo critério é baseado na autonomia, no grau de riqueza e no avanço tecnológico. O pesquisador vai associar variáveis e redimensionar o grau de aproximação de seus dados ao modelo de família conjugal considerado universal. As críticas de Lenero-Otero (1977) e Michel (1972) mostraram a insuficiência desta interpretação para abordar as famílias nas sociedades industrializadas. Fica em aberto a questão de interpretações alternativas para estudar a família nas sociedades da América Latina.

Pesquisadores ligados a temas como a dinâmica populacional e a composição da força-de-trabalho têm procurado, em estudos exploratórios, obter uma visão de conjunto das unidades domésticas na sociedade brasileira, e chegar a uma apreensão diversificada da família. Lopes (1974) faz uma primeira tentativa em caracterizar a família através do censo; Castro *et alii* (1977) procura qualificar características da família censitárias nas grandes metrópoles associando-as à características de migração enquanto Barroso (1978) analisa unidades domésticas

com mulheres chefes-de-família. Estes trabalhos têm um duplo objetivo: de um lado obter uma visão de conjunto de certos eventos na sociedade brasileira e de outro lado propor a elaboração de categorias censitárias mais refinadas que permitam maior explicitação da realidade sócio-econômica, do país e das famílias.

Nos estudos demográficos encontram-se também pesquisadores que têm procurado integrar em sua análise o estudo da família relacionando-a com as condições de vida das famílias em diferentes classes sociais. Berquó (1977) toma o grupo doméstico como unidade de estudo da reprodução e fecundidade. Oliveira (1979) procura aprender diferentes estruturas de fecundidade através do estudo da família.

O estudo da família relacionado ao tema força-de-trabalho tem sido objeto de pesquisa de feministas e de antropólogos. Aguiar (1976) estuda o papel da mulher em relação à casa e ao trabalho em três situações diversas, uma plantação, uma usina de açúcar e uma favela e tece considerações sobre as diferenças deste contexto e as formas de inserção da mulher no trabalho produtivo. Machado Neto (1980) observa que em família proletárias de Salvador, a mulher adulta tem papel relevante na distribuição e controle do trabalho enquanto meninas e adolescentes têm sobrecarga de atividades e são fonte importante de ingressos familiares. Figueiredo (1980) estuda ainda na ótica do feminismo, as diferentes ocupações remuneradas e não-remuneradas de mulheres chefes-de-família numa área de pesca da Bahia.

Os antropólogos têm se dedicado a explorar a relação entre a unidade doméstica e a força-de-trabalho. Garcia Junior (1975), Heredia (1979) e Alvim (1979) buscam nas atividades exercidas pela unidade doméstica, os fundamentos da divisão do trabalho familiar. Os primeiros estudam pequenos produtores periféricos às plantações canavieiras de Pernambuco enquanto a última analisa um grupo de uma vila operária têxtil na área metropolitana do Grande Recife.

Já um segundo grupo se define por uma preocupação específica, abordando a família, segundo uma proposição de Durham (1977) como uma unidade de rendimentos. Neste grupo a vida familiar é estudada como a elaboração de uma estratégia que jogando com mão-de-obra disponível entre atividades remuneradas e trabalho doméstico procura assegurar, ao grupo doméstico, determinado nível de consumo. Nesta proposta Macedo (1979) estuda como operários de uma indústria cerâmica da periferia de São Paulo elaboram seu projeto de vida familiar e Bilac Doria (1978) analisa, numa cidade do interior paulista, como são vividas situações re-

ferentes ao trabalho, à escola, à organização da vida familiar definindo estratégias de sobrevivência entre trabalhadores manuais e não-manuais.

A família enquanto unidade de análise mais ampla que o grupo doméstico é abordada nos estudos de parentesco. Wagley (1964) chama a atenção para a importância das relações de parentela nas camadas inferiores; Kottak (1967) com base em estudo de pescadores na Bahia chega à conclusão que o parentesco nas camadas inferiores tem a função primordial de dar segurança e apoio aos indivíduos e por isso, dispersa recursos e impede a mobilidade individual. Moura (1978) em estudo de sítiantes em Minas Gerais descreve como parentesco e padrões de herança resultam em arranjos estratégicos entre irmãos e cunhados para impedir a total fragmentação da propriedade. Fukui (1979) analisa como a família, parentesco e vizinhança em bairros rurais de sítiantes tradicionais nos sertões de São Paulo e Bahia têm um caráter de solidariedade, reciprocidade e relações igualitárias, nos diferentes momentos da vida quotidiana, da doença, da morte e da festa. Arantes (1974) mostra como o compadrio - parentesco espiritual - é uma forma de aliança que empresta caráter sagrado aos laços de sangue e finalmente Woortman (1975) se preocupa com o significado do parentesco, da família e do papel dos sexos em grupos de classe trabalhadora em Salvador.

Em todos os trabalhos, a preocupação básica, é caracterizar aspectos das relações familiares, em diferentes segmentos das classes subalternas na sociedade brasileira atual. Diferentemente, da parte anterior onde a tônica era analisar as famílias de elite. Encontram-se no entanto, algumas exceções no estudo da família na sociedade brasileira atual. Salem (1980) se preocupa em verificar a congruência e o conflito de papéis em diferentes membros da família conjugal de classe média alta da zona sul do Rio de Janeiro, descrevendo segundo duas matrizes básicas, a geracional e a sexual, vivências que têm referência, ao mesmo tempo, em comportamento e representações. Azevedo (1970, 1975) estuda as regras de namoro, vigentes em Salvador nos anos 30; Lopes (1973) descreve as relações de parentesco e propriedade através dos romances de José Lins do Rego enquanto Prandi (1975) faz uma análise das alterações da ideologia referente à família em uma revista católica de grande divulgação.

Os quatro autores exploram áreas que se referem, em diferentes aspectos, à representação da família nos romances, nos meios de comu-

nicação, nas instituições sociais e na própria família.

Esta breve apresentação de trabalho sobre família na sociedade brasileira do passado e atual permite chegar à conclusão que a bibliografia é ainda muito pequena e à constatação de que, de uma maneira geral a produção de conhecimento permanece ainda bastante vago e impreciso podendo-se delinear, para o passado, a importância das parentelas e para o presente, mais precisamente, apenas algum conhecimento

sobre famílias de três segmentos da sociedade: os pequenos produtores camponeses, os operários e as mulheres chefes-de-família situadas nas camadas inferiores da população. Torna-se necessário a multiplicação de trabalhos de pesquisa sobre o tema, nas mais diversas perspectivas teóricas que enriquecerão um quadro de informações e que permitirão um dia, traçar algumas considerações sobre o significado efetivo das famílias na estrutura social brasileira do passado e do presente.

### Notas

1. "A parentela brasileira constitui um grupo de parentesco de sangue formado por várias famílias nucleares e algumas famílias grandes (isto é, que ultrapassam o grupo pai-mãe-filhos) vivendo cada qual em sua moradia, regra geral economicamente independentes; as famílias podem se encontrar dispersas a grandes distâncias umas das outras; o afastamento geográfico não quebra a vitalidade dos laços ou das obrigações recíprocas. Sua característica principal é a estrutura interna complexa que tanto pode ser do tipo igualitário, por exemplo nas regiões de sítiantes em que as famílias tendem a estar colocadas no mesmo nível sócio-econômico, quanto ao tipo estratificado, o que acontece sobretudo nas regiões de agricultura de exportação e também nas de pastoreio, existindo no interior da parentela várias camadas sociais. Quer seja igualitária, quer seja estratificada, a parentela apresentava forte solidariedade horizontal no primeiro caso, vertical e horizontal no segundo, unindo tanto os indivíduos da mesma categoria quanto os indivíduos de níveis sócio-econômicos diversos" (p. 165).
2. Sobre lutas de famílias, veja-se Costa Pinto (1949).
3. Para uma relação quase completa dos estudos veja-se Fukui (1970).

### Bibliografia

- Aguiar, Neuma. *Brazilian families and households in different systems of production*. Working paper. Center for Research on Women in higher education and development. Wellesley College Conference on Women and Development. 2/6/1976, (mimeo.).
- Alcantara, Aspasia B. "Estudos e pesquisas sobre família no Brasil", *Dados*, n. 1, 1966.
- Alvim, Maria R. B. "Notas sobre a família num grupo de operários têxteis". In José S. L. Lopes. *Mudança social no Nordeste. Estudos sobre trabalhadores urbanos*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1979, p. 99-124.
- Arantes, Antonio A. *A sagrada família: uma análise estrutural do compadrio*. Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, n. 4, 1974.
- Azevedo, Thales. "Família, casamento e divórcio no Brasil". In Thales Azevedo. *Cultura e situação racial no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1966.
- Azevedo, Thales. *Namoro à antiga: tradição e mudança*. Salvador, 1975.
- Azevedo, Thales. "As regras do namoro no Brasil: um padrão tradicional". *América Latina*, Rio de Janeiro, ano 13, n. 2-3, 1970.

Barroso, Carmem L. "Sozinhas ou mal acompanhadas. A situação da mulher chefe-de-família". In ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais, *Anais do Primeiro Encontro Nacional*, Campos do Jordão, 1978.

Berlinck, Manoel T. *Marginalidade social e relações de classe em São Paulo*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1975.

Berquó, Elza. "A pesquisa sobre produção humana em São Paulo". Cebrap. *Estudos de população I*, São José dos Campos, 1977.

Cebrap, *Estudos de população I*, São José dos Campos, 1977.

Blay, Eva A. "Trabalho, família e classes sociais em São Paulo", *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros – USP*. São Paulo, n. 13, 1972.

Cancian, F.; Goodman, L. W.; Smith, P. H. "Capitalism, industrialization and kinship in Latin America: major issues". *Journal of Family History* 3 (4), 1978.

Cândido, Antonio. "A vida familiar do caipira". In Antonio Cândido, *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1964.

Cândido, Antonio. "The Brazilian family". In T. L. Smith e Alexander Marchant. *Brazil, portrait of a hulf a continent*, New York, The Dryder Press, 1951.

Castro, Mary et alii. *O quadro das famílias em domicílios de chefe migrante e natural: um estudo censitário dos diferenciais nas regiões metropolitanas brasileiras*. Rio de Janeiro, FIBGE. Versão preliminar (mimeo), 1977.

Dieese, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. "Família assalariada: padrão e custo de vida". *Estudos Sócio-Econômicos*, 1 (2), 1974.

Doria Bilac, Elisabete. *Famílias de Trabalhadores: Estratégias de Sobrevivência*, São Paulo, Edições Símbolo, 1978.

Durham, Eunice R. *A caminho da cidade*, São Paulo, Perspectiva, 1973.

Durham, Eunice R. *A família e a vida cotidiana da população operária: consciência e ideologia*. Comunicação apresentada na 1.<sup>a</sup> Reunião de Pós-Graduação. Departamento de Ciências Sociais, FFLCH – USP (mimeo), 1976. Publicado posteriormente em *Dados*, v. 23, n. 2, 1980.

Figueiredo, Mariza. "O papel sócio-econômico das mulheres chefe-de-família, uma comunidade pesqueira do litoral Norte da Bahia." *Cadernos de Debate* 6. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1980.

Freire Costa, Jurandir. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

Freyre, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro, Maya & Schmidt, 1933.

Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1951.

Fukui, Lia F. G. "Les relations mère-enfants parmi les paysans de status socio-economique independant au Brésil". *Carnets de l'enfance* UNICEF, Paris, 10, 1969.

Fukui, Lia F. G. "Estudos de família no Brasil: Bibliografia comentada". *Cadernos CERU*. São Paulo, 3, 1970.

Fukui, Lia F. G. "A 'riqueza do pobre' relações entre pais e filhos entre sitiantes tradicionais". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 14, USP, 1973.



Fukui, Lia F. G. *Sertão e bairro rural: parentesco e família entre sitiantes tradicionais*. São Paulo, Ática, 1979.

Fundação Carlos Chagas. *Mulher brasileira: bibliografia anotada*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.

Gans, M.; Pastore, J.; Wilkening, E. "A mulher e a modernização da família brasileira". *Pesquisa e Planejamento*, 12, CRPE, 1970.

Garcia, A.; Heredia, B. "Trabalho familiar e campesinato", *América Latina*, 14 (1/2), 1971.

Garcia Jr., A. R. *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro, Museu Nacional (mimeo), 1975.

Goldberg, Maria Amélia A. "Concepções sobre o papel da mulher no trabalho, na política e na família". *Cadernos de Pesquisa* 15, Fundação Carlos Chagas, 1975.

Harblin, T. D. *Urbanization, industrialization and low income family organization in São Paulo, Brazil*. Latin American Studies Program. Dissertation Series. Cornell University, n. 48, September, 1971.

Heredia, Beatriz M. A. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

Iutaka, S.; Bock, W.; Berardo, F. "Urbanização e família extensa no Brasil". Universidade Federal do Ceará, *Revista de Ciências Sociais*. 1-2, 1975.

Kottak, Conrad P. "Kinship and class in Brazil". *Ethnology*, 6 (4), 1967.

Levi, D. E. *A família Prado*. São Paulo, Cultura 70 Livraria e Editora, 1977.

Lewin, Linda. "Some historical of kinship organization for family based politics in the Brazilian Northeast". *Comparative Studies in Society and History*, 21 (2), Cambridge University Press, 1979.

Lopes, José S. L. "Relações de parentesco e de propriedade nos romances do 'ciclo da cana' de José Lins do Rego". Universidade Federal do Ceará. *Revista de Ciências Sociais*, 4 (1), 1973.

Lopes, Valdecyr. *Introdução ao estudo da família no Brasil com base no Censo Demográfico de 1960*. Rio de Janeiro, IBGE (mimeo), 1974.

Macedo, Cinira. *A reprodução da desigualdade*. São Paulo, HUCITEC, 1979.

Machado Neto, Zahidé. "As meninas: sobre o trabalho da criança do adolescente na família proletária". *Ciência e Cultura*, 32 (6), SBPC, 1980.

Machado Neto, Zahidé. *Mulher-dimensão de existência/dimensão de sobrevivência. Estudo de um caso de mulheres faveladas*. Simpósio Mexicano, Centro Americano de Investigaciones sobre la Mujer, 1977, mimeo.

Medina, C. A. *et alii*. "Condições sócio-culturais do relacionamento familiar na transformação da sociedade brasileira". *América Latina*. 16, 1973-75.

Medina, C. A. "Família e desenvolvimento". *América Latina*. 12 (2), 1969.

Medina, C. A. e Almeida, A. A. *Família e o menor internado no Estado da Guanabara: estudo de 4.000 casos*. Rio de Janeiro, PUC, Centro de Ciências Sociais, 1970.

Medina, C. A. *Família e mudança o familismo numa sociedade arcaica em transformação*. Petrópolis, Vozes/Ceris, 1974.

Merrick, T. W. *et alii*. "Distribuição de renda e a economia da família urbana: o caso de Belo Horizonte". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 7 (1), 1977.

Moura, Margarida M. *Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural*. São Paulo, HUCITEC, 1978.

Oliveira, Maria C. *Classe social, família e reprodução: reflexões e referências empíricas*. Programa de Estudos em Demografia e Urbanismo, PRODEUR. Cadernos de Estudos e Pesquisas 3, USP/FAU/FPA, 1979.

Pereira de Queiroz, Maria Isaura. "O coronelismo numa interpretação sociológica". In Boris Fausto, *O Brasil Republicano*. São Paulo, Difel Editora S.A., 1975.

Obs. – O mesmo in Maria Isaura Pereira de Queiroz, *Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976.

Pinto, Luiz da Costa. *Lutas de famílias no Brasil*. Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, 1949.

Prado, Danda (org.), "A estrutura familiar na opressão feminina", *Cadernos de Debate* n.º 6. São Paulo, Editora Brasiliense, 1980.

Prandi, José R. "Catolicismo e família: transformação de uma ideologia". *Cadernos CEBRAP* 21, 1975.

Nogueira, Oracy. *Família e comunidade. Estudo sociológico de Itapetininga*. Rio de Janeiro, CBPE, 2.ª Edição, 1962.

Ramos, Donald "City and country: the family in Minas Gerais 1804-1838". *Journal of Family History*, 3 (4), 1978.

Rosen, C. B. "Industrialization, personality and social mobility in Brazil", *Human Organization*, 30 (2), 1971.

Rosen, C. B. e Berlinck, M. T. "Modernization and family structure in the region of São Paulo, Brazil". *América Latina*, 11 (3), 1968.

Rosen, C. B. "Social change, migration and family interaction in Brazil", *American Sociological Review*, 38 (2), 1973.

Rosen, C. B. e Simmons, Alan B. "Industrialization, family and fertility: a structural psychological analysis of Brazilian case". *Latin American Studies Program*. Reprint Series n.º 37, 1971.

Rosen, C. B. e Laraia, Anita. "Modernity in Women: an index of varial change in Brazil". *Journal of Marriage and the Family* (2), 1972.

Salem, Tania. *O velho e o novo: um estudo de papéis e conflitos familiares*. Petrópolis, Vozes, 1980.

Santos Abreu, Dioces. "Os Medeiros: uma família pioneira na ocupação do sertão do Paranapanema". *Ciência e Cultura*, SBPC, 31 (8), 1979.

Siegel, Bernard. "Residence, household and kinship: cattlecotton status of northeaster Brazil". *Tropical Man*, 1976.

Silva, Maria Beatriz Nizza. "Sistema de casamento no Brasil colonial". *Ciência e Cultura*, SBPC, 28 (11), 1976.

Vaz, Alison M. *Cia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira – L'evolution d'une affaire familiare: 1872-1972*, 2.º vol. Paris, Université de Paris. (mimeo), sem data.

Wagley, C. "Kinship patterns on Brasil: the persistence of a cultural tradition". In C. Wagley, *The Latin American Tradition*, New York, Columbia University Press, 1968.

Wilkening, E. A.; Pinto, J. B.; Pastore, J. "Role of extended family in migration and adaptation in Brazil". *Journal of marriage and the family*, 30 (4), 1968.

Willems, Emílio. "A estrutura da família brasileira", *Sociologia*, 16 (4), Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1954.

Wortman, Klaas. *Marginal men, dominant women: kinship and sex roles among Bahian poor*. PhD, Harvard (mimeo), 1975.

### Bibliografia Complementar

Lenero-Otero, Luiz. *Beyond the nuclear family model*. London, Sage Publications Ltd., 1977.

Michel, A. *Sociologie du mariage et de la famille*. Paris, PUF, 1972.

Moreira Leite, Dante. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo, Pioneira, 1973.

Motta, Carlos G. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo, Pioneira, 1973.

Ortiz, Renato. *Cultura Popular, memória nacional*. Associação Nacional de Pós-Graduação, 1978 (mimeo).